

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

C-EMOS 2023

A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA NAVAL PARA A GEOPOLÍTICA DO ESTADO:
Análise das Ações da Marinha do Brasil, nos últimos 10 anos, à luz da Teoria de Geoffrey Till.

Rio de Janeiro

2023

C-EMOS 2023

A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA NAVAL PARA A GEOPOLÍTICA DO ESTADO:
Análise das Ações da Marinha do Brasil, nos últimos 10 anos, à luz da Teoria de Geoffrey Till.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para conclusão do
Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: C-EMOS 2023

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

ASSINATURA PELO GOV.BR
(LOCAL DA CHANCELA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à minha família, especialmente minha querida esposa Juliane, por suportar minha ausência bem como o apoio incansável a nossa família. Ao nosso filho Eduardo, pela alegria diária. Vocês são a razão da minha dedicação e do meu esforço.

Aos meus pais Francisco (*In memoriam*) e Terezinha, sou grato pelo exemplo e pelo caráter forjado. Agradeço ainda pelo suporte que fornecido nos últimos anos, sem você não seria possível atingir esse objetivo.

Ao meu orientador C-EMOS 2023, agradeço a dedicação e o entusiasmo na transmissão das orientações.

Agradeço aos integrantes do C-EMOS 2023. Sempre é muito bom encontrar com vocês.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para que eu chegasse até aqui, e que torcem pelo meu continuado sucesso.

“À ação diplomática na solução de conflitos soma-se as estratégias militares da cooperação e da dissuasão.”
Política Nacional de Defesa, 2020.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a congruência das ações da diplomacia naval do Brasil com a teoria de Geoffrey Till bem como avaliar se essas condutas trazem relevância geopolítica para o Brasil. O estudo é limitado ao período de 2013 a 2023 e é dividido em quatro capítulos. O suporte para o estudo em tela foi proporcionado pela obra “Seapower: A Guide for the Twenty-First Century”, do pensador britânico Geoffrey Till. O desenho de pesquisa empregado foi o da teoria comparada com a realidade. Este estudo é importante para analisarmos se as ações de diplomacia naval estão trazendo relevância geopolítica para o Brasil. O primeiro capítulo é uma introdução ao tema abordando a relevância da porção Sul do Oceano Atlântico. O segundo capítulo aborda a evolução do conceito de diplomacia naval ao longo do tempo, convergindo para o entendimento de diplomacia naval segundo Geoffrey Till, enquanto o terceiro capítulo identifica o entorno estratégico brasileiro, as ações de diplomacia naval executadas pela Marinha do Brasil no período do estudo, terminando com alguns fatores que fazem da China uma referência mundial. O quarto capítulo traz um confronto entre a teoria de Diplomacia naval, segundo Geoffrey Till, com as ações da Marinha do Brasil em seu entorno estratégico a fim de identificar se possuem aderência.

Palavras-chave: Diplomacia Naval; Marinha do Brasil; Geopolítica; Atlântico Sul; Golfo da Guiné; Entorno Estratégico; Geoffrey Till

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Diplomacia naval segundo Geoffrey Till	47
FIGURA 2 – Entorno estratégico brasileiro	48
FIGURA 3 – Países participantes da IALA	49

LISTA DE ABREVIATURAS

CAHO –	Curso de Aperfeiçoamento em Hidrografia para Oficiais
C-EMOS –	Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores
COI –	Comissão Oceanográfica Intergovernamental
CPLP –	Comunidade dos países de Língua Portuguesa
DHN –	Diretoria de Hidrografia e Navegação
DMN –	Doutrina Militar Naval
EB –	Exército Brasileiro
FAB –	Força Aérea Brasileira
FTCC –	Força Tarefa conjunta e combinada
IALA –	Associação Internacional de Sinalização Náutica
IMO –	Organização Marítima Internacional
MD –	Ministério da Defesa
MN –	Milhas náuticas
OHI –	Organização Hidrográfica Internacional
PND –	Política Nacional de Defesa
PIB –	Produto interno Bruto
SAR –	Busca e Salvamento
SG –	Sargento
STP –	São Tomé e Príncipe
UNIFIL –	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
URSS –	União das Repúblicas Socialista Soviéticas
ZOPACAS –	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DIPLOMACIA NAVAL.....	13
2.1 Predecessores da Diplomacia Naval	14
2.1.1 Diplomacia Naval Clássica.....	14
2.1.2 Diplomacia Naval no Mundo Bipolar	16
2.1.3 Diplomacia Naval Pós-Guerra Fria	17
2.2 Diplomacia Naval Acordo Geoffrey Till	18
2.2.1 Presença Naval	19
2.2.2 Construção de Cenários.....	20
2.2.3 Construção de Coalizões.....	21
2.2.4 Coerção Naval	21
2.3 Conclusão Parcial do Capítulo 2.....	22
3.0 AÇÕES DO BRASIL EM SEU ENTORNO ESTRATÉGICO E A INFLUÊNCIA GEOPOLÍTICA	24
3.1 Participação da Marinha em Operações de Paz	26
3.2 Operações no Exterior.....	27
3.3 Visitas de Navios de Guerra de Nações Amigas.....	29
3.4 Cursos / Intercâmbio com Marinhas Amigas	29
3.4.1 Intercâmbio Acadêmico.....	30
3.4.2 Curso de Especialização.....	30
3.5 Participação em reuniões, simpósios e comitês.....	31
3.6 ZOPACAS	31
3.7 Ações de Cooperação.....	34
3.8 O Continente Antártico	35
3.9 Geopolítica.....	37
3.10 Conclusão Parcial do Capítulo 3.....	38
4.0 CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIA.....	43

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	47
----------------------------	----

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios o oceano tem uma ligação com o desenvolvimento dos Estados. Ele serviu como rota de descobrimento, enfrentou invasões e impulsionou o comércio exterior.

De acordo com o Almirante Ilques¹, o mar possui 5 vertentes: a vertente econômica, a ambiental, a científica, a soberania nacional e a vertente diplomática. Diante dessa visão, a porção sul do Oceano Atlântico é de extrema relevância para o Brasil, pois grande parcela de nossa riqueza passa por lá (BARBOSA JUNIOR, 2012). Em se tratando da vertente econômica, a porção sul do Oceano Atlântico possui vastos recursos naturais, como petróleo, gás natural e minerais, que têm um impacto significativo na economia dos países costeiros, além disso, a exploração desses recursos desempenha um papel crucial na segurança energética regional e na diversificação das fontes de energia, especialmente com o crescimento da demanda energética em países emergentes.

Ainda no tocante econômico, porém em termos de comércio, o Atlântico Sul abriga importantes rotas marítimas que ligam os oceanos Atlântico, Índico e Pacífico. Por meio dessas linhas de comunicação são transportados mercadorias e produtos entre diferentes regiões do mundo. A segurança dessas vias de navegação é fundamental para o desenvolvimento econômico dos países envolvidos.

Do ponto de vista da soberania nacional, a região do Atlântico Sul apresenta diversos desafios. Devido a sua extensão e aos vários pontos de acesso, essa área está sujeita a ameaças como pirataria, tráfico de drogas e armas, além de atividades ilegais como pesca não autorizada. Para garantir a segurança marítima e a estabilidade na região, é fundamental que os países costeiros cooperem e mantenham uma força naval pronta para atuar. Dessa forma, será possível enfrentar esses desafios contribuindo para o surgimento de oportunidades que o Atlântico Sul oferece.

No tocante à força naval, a Marinha do Brasil contribui para a estabilidade e a segurança regional por meio de ações navais complementadas pela diplomacia naval. Através de visitas, intercâmbios e exercícios conjuntos com outras marinhas, o Brasil fortalece laços diplomáticos e promove a confiança mútua, condição *sine qua non*² para a construção de

¹ Comandante da Marinha do Brasil entre os anos de 2019 e 2020.

² Locução adjetiva, do latim, que significa “sem a qual não

parcerias estratégicas na região. Em virtude de o Brasil possuir um extenso litoral, ele pode exercer um papel de guia para os demais países do hemisfério sul, podendo ser o porta-voz da região perante o sistema internacional aproveitando assim uma oportunidade natural que o país possui.

A parte ambiental do Atlântico Sul refere-se ao ecossistema marinho, à conservação da biodiversidade bem como à proteção dos recursos naturais. Essa área abrange uma variedade de minerais muitos deles ainda desconhecidos, áreas de pesca e rotas migratórias de espécies marinhas.

A vertente científica representa a quantidade de trabalhos científicos sobre o oceano e em especial sobre a porção sul do Oceano Atlântico. A falta de conhecimento dos oceanos, nos leva a uma perda incalculável. Em face dessa ausência e com o objetivo de acompanhar as condições meteorológica foi inaugurado o Programa Antártico Brasileiro em janeiro de 1982 (BARBOSA JUNIOR, 2012).

Tanto a Diplomacia quanto a Defesa são exemplos de órgãos que o Estado utiliza para a execução dos objetivos políticos. Sendo assim, quanto mais juntos um estiver do outro maior será o alcance, ainda mais em período de paz onde a união das partes pode gerar uma relevância geopolítica. Nesse ínterim, podemos utilizar a diplomacia naval como um método de comunicação a fim de fazer com que os Estados busquem o mesmo interesse no cenário internacional. Pelas quantidade e diversidade de riquezas que Brasil possui (petróleo, gás natural, minerais da Elevação do Rio Grande entre outras) o Estado deve ter ambições globais e sendo assim, o meio político deve utilizar o seu Poder Naval para atingir tais objetivos. Para exemplificar tal assertiva podemos utilizar a China como exemplo mais recente.

Segundo os fatos mencionados, este trabalho tem a intenção de verificar se as ações de diplomacia naval empregadas pelo estado brasileiro tem aderência com a teoria de Geoffrey Till e se essas ações se traduzem em relevância geopolítica para o Brasil no Atlântico Sul. Para tal, foi utilizado o desenho de pesquisa da teoria comparada com a realidade. O estudo será limitado ao período de 2013 a 2023. Como hipótese de pesquisa, assumir-se-á que as ações possuem aderência com teoria de Till.

O trabalho será dividido em 4 capítulos. Após essa introdução, o segundo capítulo abordará o histórico da diplomacia naval com foco nos pensadores que no decorrer dos anos influenciaram Geoffrey Till. No capítulo seguinte, será identificado o entorno estratégico brasileiro, as ações de diplomacia naval executadas pela Marinha do Brasil no período de 2013

a 2023 bem como os fatores relevantes que fazem da China uma referência geopolítica mundial. No último capítulo, será verificada se as ações possuem aderência com a teoria de Till e se essas atividades trazem uma relevância geopolítica para a Nação. Ao final, será deixado uma pergunta com o fito de auxiliar possíveis futuros trabalhos complementares a esse.

2 DIPLOMACIA NAVAL

O Ex-Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, em aula magna proferida na Escola de Guerra Naval sobre o tema “A Política de Defesa de um País Pacífico”, definiu a região na qual o Brasil pretende aumentar sua influência: “O entorno geopolítico imediato do Brasil é constituído pela América do Sul e pelo Atlântico Sul, chegando à costa Ocidental da África” (AMORIM, 2012). Para analisarmos se houve um aumento da influência geopolítica do Brasil em seu entorno estratégico, nos últimos 10 anos e, caso tenha ocorrido, se ela se encontra amparada na teoria de Geoffrey Till. Com isso, neste capítulo detalharemos o que é diplomacia naval segundo Geoffrey Till e como ela pode ser aplicada em prol de um Estado.

Till é um historiador nascido em 1945, período pós II Guerra Mundial, sendo influenciado, basicamente, por pensadores clássicos e estrategistas do período da Guerra Fria, sendo assim, para chegarmos no teórico de nosso interesse, devemos apresentar seus antecessores, que tiveram certo grau de influência em seu pensamento.

As Forças Armadas, mais especificamente a Marinha, podem atuar não só para atingir os objetivos militares, mas pode ser empregada em apoio à política externa a fim de alcançar os objetivos políticos. Poirier³(1918-2013) chama isso de estratégia integral, que é a ciência e a arte de manobrar forças para atingir um objetivo político. Ampliando esse pensamento, o Almirante Raoul Castex (1878-1968) dá luz ao conceito de estratégia geral, pois para ele a guerra não é só uma ação militar, ela depende de uma ação econômica, moral, diplomática, entre outros (WEDIN, 2015). Geoffrey Till⁴ (1945-) argumenta que a estratégia marítima e o uso de forças navais devem ser adequados à estratégia nacional geral e aos propósitos políticos que os líderes do país esperam alcançar (TILL, 2018).

Levando em consideração que a flexibilidade é uma das mais importantes características da Força Naval, e é em razão desta que o Poder Naval pode operar em águas nacionais e internacionais em tempo de paz e em períodos de guerra (BRASIL, 2017a) e, assim, contribuir com os objetivos políticos nacionais. Para Jonh Stuart Mill⁵ a diplomacia não vale nada se não houver uma frota para apoiá-la. Ainda sobre o assunto, Sir Richmond narra que o

³ General Francês e estrategista militar.

⁴ Historiador britânico e autor do livro *Seapower: A Guide for the Twenty-First*.

⁵ Filósofo inglês, um dos mais influentes pensadores do século XIX.

poder marítimo é uma forma de força nacional capaz de dar peso à política (ROWLANDS, 2012).

Ao final desse capítulo pretendemos que o leitor seja capaz de compreender o que é o conceito de diplomacia naval segundo Geoffrey Till bem como ele se desenvolveu. Tal fato será de extrema relevância para identificarmos se as ações de diplomacia naval brasileira estão amparadas por esse teórico.

2.1 Predecessores da Diplomacia Naval

Consoante Geoffrey Till (1945-) a diplomacia naval é tão antiga quanto a civilização e os estrategistas clássicos lidavam parcialmente com sua complexidade (TILL, 2018). Para Biddle⁶, corroborando com Till, a diplomacia tem uma longa história. É de consenso entre os estrategistas que a diplomacia naval é tão antiga quanto as primeiras embarcações (BIDDLE, 2020), porém essa modalidade de diplomacia ganhou robustez ao final da II Guerra Mundial⁷. A fim de facilitar a compreensão do entendimento que se tem atualmente de diplomacia naval, utilizaremos as fases de Rowlands. Ele apresenta a evolução da diplomacia naval da seguinte forma: clássica, no mundo bipolar e pós Guerra Fria (ROWLANDS, 2012).

2.1.1 Diplomacia Naval Clássica

Alfred Thayer Mahan, mais conhecido como Almirante Mahan (1840-1914), foi um estrategista norte-americano que desempenhou um papel significativo na formação da doutrina naval no final do século XIX e início do século XX. Em sua obra *The Influence of Sea Power upon History* teve um forte influência na força naval bem como nas relações internacionais. O objetivo principal da Marinha, para Mahan, era o de obter o domínio do mar através de uma batalha decisiva.

O argumento central de Mahan era que a grandeza e o domínio de uma nação estavam diretamente ligados ao seu poder naval. Ademais, ele enfatizou a importância de uma marinha forte tanto para a defesa quanto para a influência global (COUTAU-BÉGARIE, 2010). Pode-se perceber que Mahan não utilizou a expressão diplomacia naval, mas ele já citava a marinha

⁶ Tami Davis Biddle, Professora de história e segurança nacional no US Army College, Pensilvânia

⁷ Conflito ocorrido entre 1939 à 1945.

como um meio de se conseguir um papel global. Uma outra linguagem utilizada por Mahan para expressar a diplomacia naval, era o termo *soft power*, pois ele via a marinha tanto como agente de coerção quanto como agente de reputação nacional (ROWLANDS, 2012)

Outro estrategista do período clássico foi o Sir Julian Corbett⁸ (1854-1922). Em sua obra *Principles of Maritime Strategy*, ele se contrapunha a Mahan defendendo a ideia de que a guerra naval deveria ser conduzida com base em objetivos políticos e estratégicos em vez de focar apenas em confrontos diretos. De acordo com Wedin, ele enfatizava a importância de controlar as rotas marítimas, bloquear o comércio inimigo e projetar o poder naval para influenciar as relações internacionais. Para Corbett, as comunicações marítimas do inimigo deveriam ser o objetivo principal da força naval (WEDIN, 2015).

Como contraponto aos dois estrategistas citados, Rowlands argumenta que as principais obras de Mahan e Corbett são preenchidas pela preparação e a condução da guerra no mar. Mahan, em sua obra clássica, fala de “prestígio” naval e em “arvorar a bandeira”, mas de passagem. Corbett da mesma forma reconhece o emprego em tempo de paz, mas não se concentra nele (ROWLANDS, 2012).

Os estrategistas marítimos clássicos, além de recomendarem que as marinhas se preparassem de forma eficiente e visível para a guerra, na expectativa de que isso moldasse as percepções de outros países, eles tinham poucos conselhos a oferecer sobre a condução das atividades navais em tempo de paz (TILL, 2018)

Apesar de ambos os pensadores abordam o tema da utilização da Força Naval na condução da guerra, entendemos ser um grande avanço para a definição de diplomacia naval quando no início do século XX eles citaram algumas expressões como prestígio, influência global, arvorar bandeira. No nosso entendimento, esse foi o real embrião da expressão diplomacia naval.

⁸ Julian Corbett – Estrategista britânico.

2.1.2 Diplomacia Naval no Mundo Bipolar

Os pensadores clássicos deixaram lacunas, que foram amplamente preenchidas por seus sucessores modernos. O pioneiro foi o Almirante Stansfield Turner⁹ da marinha norte-americana que difundiu o pensamento que ele intitulou de “missão de presença naval”. Para Turner, esse conceito poderia ser empregado de duas maneiras. A primeira, seria preventiva, na qual o aparecimento de forças navais evitaria que um problema se tornasse uma crise. A segunda seria de uma forma reativa em que as forças navais responderiam a uma crise (TILL, 2018). Percebe-se que os pensadores na época da bipolaridade não estão pensando somente no poder beligerante da força naval. O embrião citado no período anterior estaria se desenvolvendo.

É relevante mencionar que outros pensadores ganharam destaque nesse período, um deles foi James Cable¹⁰ (1920-2001) que desenvolveu um conceito na qual a força naval possuía quatro formas de serem empregadas. A primeira era a definitiva, que pode ser explicada pelo ato ou ameaça de uso da força, empossada por uma autorização aparente de ambos os lados do conflito; a segunda é a intencional, que servia para persuadir outras nações a mudar sua política; a terceira era a catalisadora, que servia para aumentar a velocidade da influência dos acontecimentos; e por último a expressiva que era utilizada para enfatizar atitudes (TILL, 2018). Cable cunhou o termo diplomacia da canhoeira que ficou definido como: “O uso ou a ameaça de uso da força naval limitada a fim de garantir vantagem ou evitar perdas¹¹” (CABLE, 1981). Essa teoria foi reconhecida como coercitiva por natureza (ROWLANDS, 2012).

Outro estrategista relevante no período da guerra fria, foi Edward Luttwak¹² (1942 -) que publicou *The political uses of sea power*. Luttwak ao invés de ficar limitado a conceitos como coerção ou dissuasão adotou um termo chamado *suasão* e o descreveu como caráter indireto de qualquer aplicação política da força naval visando combinar a dissuasão e a persuasão. Em sua obra ele argumenta que esse é um termo relativamente neutro, podendo permear pelo lado mais suave, como por exemplo atividades de rotina, bem como no espectro

⁹ Ex-diretor da CIA e antigo comandante da 2ª Esquadra Norte-americana.

¹⁰ Diplomata e pensador naval estratégico britânico. Autor do Livro *Gunboat Diplomacy*.

¹¹ Texto original: “Gunboat diplomacy is the use or threat of limited naval force, otherwise than as an act of war, in order to secure advantage, or to avert loss (CABLE, 1981)

¹² Cientista político, estrategista militar e historiador Norte-Americano.

de persuasão ativa ou latente, apoiando aliados, ou obrigando outra Nação a mudar sua política externa (LUTTWAK, 1974). Podemos notar que esse lado do espectro da suação de Luttwak corresponde a coerção de Cable. Luttwak enfatizou a importância da imagem e da percepção sobre a capacidade (ROWLANDS, 2012).

Baseado no pensamento de Luttwak, surgiu Ken Booth que introduziu uma tríade de funções navais. A função militar, a função policial e a função diplomática. Essa última função foi definida como a gestão da política externa sem o emprego real da força (ROWLANDS, 2012). O triângulo de Booth foi transformado em um diamante por Chistian Le Mière¹³ que acrescentou um lado chamado de segurança marítima, que engloba as atividades benignas como SAR.

Com o avançar dos anos, pode-se observar a evolução do conceito de diplomacia naval. O ganho taxonômico do período da Guerra Fria foi a utilização da visibilidade da força contribuindo para alcançar o objetivo político. Como no meio marítimo há um atraso entre o fato e a literatura, coube a Geoffrey Till essa tarefa de escrever o que já estava ocorrendo.

2.1.3 Diplomacia Naval Pós-Guerra Fria

Em consonância com o pensamento da época, a diplomacia naval, antes da Segunda Guerra Mundial, foi estudada por pensadores que queriam aproveitar os pontos fortes de seus respectivos países para formular uma teoria que embasasse o que já ocorria na realidade. A bipolaridade não mudou substancialmente o propósito da diplomacia naval, porém seu uso no tocante a força ficou cada vez mais limitado aos principais estados com poder marítimo (ROWLANDS, 2012). Com a queda da União Soviética em 1989 e o fim da ameaça de uma guerra nuclear houve uma distensão geopolítica global. Desde então, o mundo passou por diversas mudanças. A ascendente visão otimista foi moldada pelo que aconteceu durante o período bipolar (ROWLANDS, 2012).

Com o intuito de exemplificar a visão daquele momento, Fukuyama (1952-) argumentou que tínhamos chegado no “fim da história” propondo que o mundo havia atingido o ponto final de sua evolução sociocultural e que futuras lutas ideológicas seriam

¹³Escritor Britânico, autor do livro *Maritime Diplomacy in the 21st Century: Drivers and Challenge*

mínimas, levando a um consenso global sobre os valores da democracia liberal (VESENTINI, 2012).

Se no período bipolar a diplomacia naval era exercida prioritariamente por meio da coerção e do gerenciamento de imagens, sua expressão pós-guerra fria não era tão bem definida. Assim como no contexto político, o conceito de estratégia naval também vivia em um período de mudanças (ROWLANDS, 2012). É nesse contexto que Geoffrey Till realiza seus apontamentos e formula a teoria que é a base de nosso trabalho.

2.2 Diplomacia Naval Acordo Geoffrey Till

Se por um lado as marinhas possuem um grande valor diplomático, contudo, em algumas circunstâncias sua influência pode parecer pequena, até mesmo irrelevante. Essa afirmação pode ser explicada, pois é difícil provar a relação custo-benefício da diplomacia naval (TILL, 2018). Então quais seriam os componentes da diplomacia naval? Para responder essa questão Till argumenta que os componentes do poder podem ser coercitivos ou colaborativos e que ambos podem ser auxiliados pela presença naval e pela construção de cenários¹⁴. Adicionalmente, a coerção naval foi subdividida em dissuasão e compêlência¹⁵ (TILL, 2018). Ressaltamos que o conjunto formado pela presença naval, construção de cenários e construção de coalizão¹⁶ são chamadas de modalidades colaborativas. De outro modo a coerção naval e suas subdivisões são as atividades coercitivas.

A diplomacia naval é difícil de ser entendida (TILL, 2018) corroborando com essa premissa, Schelling¹⁷(1921 – 2016) argumenta que o conceito da diplomacia naval pode ser mais bem compreendido na academia, porém os profissionais, mais especificamente das forças armadas têm dificuldade de entender a sua profundidade (SCHELLING, 2008).

Em sua obra, Till cita algumas observações a serem consideradas para o emprego da diplomacia naval (TILL, 2018):

¹⁴Figura 1 – figura 13.3 do livro *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century* de Geoffrey Till

¹⁵Tradução nossa da palavra em inglês *Compellence*

¹⁶Para o nosso trabalho, coalizão significa aliança temporária entre Estados para o atingimento de objetivos comuns, bem como aliança se traduz em acordo duradouro entre Nações. Ex. Nas Guerras são formadas coalizões, com o final da guerra cessa o acordo. Já a união entre EUA e Gra-Betanha é uma aliança, ou seja, em qualquer situação os países se ajudarão.

¹⁷Thomas Schelling foi professor do departamento de economia de Yale New Haven, Connecticut, EUA

1 – Como dito anteriormente, o sucesso é difícil de se provar, pois nunca saberemos o porquê de o inimigo não ter tomado uma atitude. Somente identificaremos que ele não agiu da forma que queria;

2 – A diplomacia naval é apenas um braço da atividade diplomática do Estado; e

3 – Há um grande custo atrelado ao seu emprego;

4 – A diplomacia é uma questão de percepção, sentimento e credibilidade. Com isso uma condição necessária para se atingir o objetivo é possuir prestígio perante o concerto das nações;

5 – Possuir poder ofensivo e defensivo correspondente a tarefa.

2.2.1 Presença Naval

O objetivo desse componente é estar presente e pronto para qualquer situação que apareça. O mar é um meio neutro, e a presença de forças navais em águas internacionais é muito menos ofensivo do que aeronaves ou tropas. (TILL, 2018). O autor fez nascer dois postulados que caminham juntos com a presença naval. O primeiro é de que a presença marítima pode ser o primeiro passo para conseguir alcançar os objetivos da política externa. O segundo é que a presença marítima é muito valiosa pelo que ela pode representar. Face a essa importância, Till considera que a diplomacia naval deve ocupar uma posição de destaque, sendo uma tarefa básica das marinhas (TILL, 2018).

A presença naval pode se apresentar de diferentes formas. Primeiro fator que deve ser considerado é o tempo, já que a presença deve ser rotineira e contínua e em áreas onde se deseja demonstrar um interesse permanente. Outro fator extremamente importante é a composição da força. Nesse contexto, Till ressalta que a composição da força dependerá das circunstâncias da área específica. O último fator, porém, não menos importante, é o seu estado de prontidão, visto que de nada adiantaria possuir uma força com as características acima, mas que não esteja pronta para suspender a qualquer momento, ou seja, não esteja adestrada, qualificada e com munição (TILL, 2018).

O autor expõe que existem inúmeras vantagens de se utilizar da presença naval. Dentre elas citamos o alcance, a flexibilidade e a mobilidade estratégica (TILL, 2018). O alcance é importante, pois no mar não há fronteira, com isso pode-se chegar até a fronteira do mar

territorial¹⁸ de um Estado sem que isso seja um problema. Vamos supor que o Estado brasileiro movimente suas tropas para sua fronteira terrestre de um Estado vizinho, tenha a certeza de que isso será encarado como uma ameaça. A outra vantagem é a flexibilidade, pois o poder naval possui uma gama de tipos de navios, desde navio de representação até navio de ataque. Sendo assim o estado detentor desses navios, pode facilmente transmitir diferentes mensagens (TILL, 2018). A última vantagem é a mobilidade estratégica que se refere à possibilidade de as forças navais estarem em prontidão e permanecer em áreas de interesse por semanas, até mesmo meses. Essa vantagem que a força naval possui sobre as outras forças singulares a transforma na melhor maneira de proporcionar alcance global a um país (TILL, 2018).

Por fim, é interessante ressaltar que a presença marítima em uma área contribui para a capacidade de sinalizar o interesse estratégico oferecendo um ambiente propício a ações subsequentes.

2.2.2 Construção de Cenários

Essa atividade é caracterizada pela coleta, processamento e armazenamento de intenções/ações de um Estado com o intuito de se traçar um perfil das nações. Essa atividade é mais bem gerenciada se for feita por embaixadas, serviços de inteligência e adidâncias (Till, 2018). Para nosso trabalho é interessante observar se houve aumento de escritórios, adidâncias navais bem como outras repartições diplomáticas. Caso a premissa seja verdadeira, essa ação representaria uma visão estratégica importante para um país com pretensões geopolíticas.

É importante mencionar que essa atividade não atrai muitos holofotes, porém a missão é de extrema importância, visto que uma construção bem-sucedida facilita outras ações decorrentes, em contrapartida a consequência política/militar de um cenário erroneamente construído é imensurável. Um exemplo extremamente conhecido foi a guerra das Malvinas, 1982 em que houve uma subestimação de ambos os lados que culminou com o conflito armado (TILL, 2018).

¹⁸Mar territorial faixa marítima de largura igual a 12 milhas náuticas, a partir da linha de base. Essa faixa é considerada parte do território soberano do Estado.

Ressaltamos, que durante a Guerra Fria essa modalidade foi amplamente utilizada adquirindo, assim, uma robustez em seu conceito.

2.2.3 Construção de Coalizões

O uso coercitivo da diplomacia naval pode rapidamente gerar uma corrida armamentista e progredir para o aumento de tensão entre países, por essa razão, a maioria dos Estados usa sua marinha para transmitir mensagens cooperativas. A diplomacia colaborativa e a construção de coalizões são um conjunto de ações que tem como propósito atingir os objetivos políticos por meio da influência no comportamento das Nações. É uma política de indução, não de ameaça. Em muitos casos, os países podem promover seus interesses influenciando o comportamento de outros (TILL, 2018).

Uma das principais razões da marinha estar diretamente envolvida nessa modalidade é de que o mar é o meio no qual todos os países possuem o direito de utilizá-lo. Em face dessa peculiaridade, ocorrem diversas interações entre as pessoas que o utilizam. Essa ligação é alongada para a terra também nas visitas a portos, nas ajudas humanitária e na troca de experiência. Porém, todas essas atividades devem ser um complemento à boa convivência internacional, que o Estado deve promover, pois essas relações podem gerar futuras coalizões (*Ibidem*).

2.2.4 Coerção Naval

A melhor maneira de entender o que vem a ser a coerção naval vem de um conceito de Sun Tzu¹⁹. “Dominar o inimigo sem lutar, este é o ápice da habilidade” (TZU,1963, p.77, tradução nossa)²⁰.

Através desse postulado, Till utiliza-se da palavra coerção como a atividade de influenciar o comportamento de pessoas ou países a fim de levá-los a fazer o que a outra parte quer que façam (TILL, 2018). Para Schelling (2008), a coerção é uma atividade abrangente que envolve a dissuasão, bem como a compêlência. A dissuasão tem por finalidade impedir que um adversário comece algo ou impeça-o de agir por receio das consequências. Em

¹⁹SUN TZU – General, estrategista e filósofo chinês. Fonte: Enciclopédia Barsa. Acesso em 24 de julho de 2023

²⁰Texto original: “To subdue the enemy without fighting, that is the acme of skill” (TZU,1963)

contrapartida, a compelência é uma “ameaça” que tem com a intenção de obrigar a fazer algo que não era a intenção inicial. Na dissuasão a punição será imposta se o adversário agir; na compelência a punição é imposta até que o inimigo atue da forma com que queremos (SCHELLING, 2008). A dissuasão tem por finalidade manter o *status quo* enquanto a compelência quer alterar o *status quo*. Assim como Schelling, Till quis expressar diferenças ao ato de ameaça, daqueles que efetivamente são utilizadas e subdividiu a coerção naval em dissuasão²¹ e em compelência, como citado anteriormente.

A dissuasão, para Till, visa impedir que alguém faça algo, criando uma expectativa de que os prováveis custos da ação seriam maiores que os benefícios esperados, ou seja, a dissuasão é uma questão de percepção e não trará consequências letais. Em contrapartida, a compelência pode trazer consequências, ela é ativa tendo como objetivo obrigar o adversário a fazer algo, ou deixar de fazer algo (TILL, 2018).

Tanto para Schelling quanto para Till, para a coerção ser crível o adversário tem que ter a percepção de que o inimigo esteja disposto a fazer e seja capaz de produzir danos (SCHELLING, 2008; TILL, 2018).

Com o advento do armamento nuclear, os países detentores dessa tecnologia passaram a possuir em suas mãos um excelente poder de coerção. Schelling apontou que nenhuma arma jamais superou as armas nucleares no exercício da dissuasão (SCHELLING, 2008).

2.3 Conclusão Parcial do Capítulo 2

Após ser apresentado a teoria sobre a diplomacia, podemos notar que a diplomacia naval é o uso da força Naval para influenciar a percepção do Estado de maneira “amigável”. Podemos constatar que esta é uma atividade antiga utilizada desde os primórdios da navegação, porém ganhou notoriedade a partir da Guerra Fria, por ter sido nesse momento que os Estados foram abandonando suas longas guerras e voltaram suas atenções para a competição entre os países.

²¹ Tradução nossa da expressão em inglês de “*deterrence*”

Nesse ínterim, destacamos Geoffrey Till, um estrategista militar que soube com maestria trazer um conceito antigo, porém extremamente válido na atualidade. Dessa forma, Till credencia-se para ser nosso referencial teórico.

Nesse capítulo foi explicitada a teoria de diplomacia naval segundo Geoffrey Till. Na sequência serão apresentadas as ações que o Brasil vem apresentando a fim de identificar se essas atividades possuem aderência com a teoria ou não bem como os possíveis fatores que estão dando a China uma relevância no concerto das nações.

3.0 AÇÕES DO BRASIL EM SEU ENTORNO ESTRATÉGICO E A INFLUÊNCIA GEOPOLÍTICA

Os oceanos têm desempenhado um papel de extrema importância ao longo da história das civilizações, abrangendo diversas dimensões: política, econômica, social, militar e ambiental. Esse espaço marítimo desempenha um papel primordial ao possibilitar o fluxo de comércio, a exploração de recursos naturais e o transporte, tornando-se uma parte essencial do processo de globalização. No contexto específico do Brasil, o mar tem uma cultura inquestionável para o progresso do país desde o seu descobrimento, tendo sido palco de conflitos e guerras que também influenciaram seu desenvolvimento (SILVA, 2014).

O Brasil tem um papel de destaque no ambiente mundial, sendo o quinto maior em extensão territorial, o sétimo mais populoso, e uma das maiores economias do planeta e dotado de ampla gama de recursos naturais, de potencial tecnológico e industrial (BRASIL, 2020b). Nesse ambiente, destacam-se em particular, os oceanos, por cobrirem 70% da superfície terrestre e, principalmente, por ser fonte de riquezas e vias de comunicação que unem os continentes.

O Atlântico Sul faz parte dessa imensidão de oceanos. A fim de tentar delimitar o que vem a ser o Atlântico Sul, a historiadora Therezinha de Castro²² definiu como sendo:

Espaço marítimo compreendido entre: três frentes continentais, América, África e Antártica; e três corredores, o do Norte – constituído pela zona de estrangulamento Natal-Dakar – no Sul – entre a Antártica e os continentes americano e africano, coordenada pelo Estreito de Drake e Passagem do Cabo. É assim considerado o mais internacional dos oceanos. (CASTRO, 1999, p. 19)

De acordo com a Política Nacional de Defesa, PND, o espaço geográfico chamado de entorno estratégico brasileiro, que engloba o Atlântico Sul, é delimitado pelo paralelo 16º N, a Antártica, a costa oeste da África e o leste das Antilhas Menores (BRASIL, 2020b).

A descoberta da presença de recursos energéticos nos oceanos e o desencadeamento de conflitos nessa região foram os eventos que levaram à percepção da importância de proteger essa área e de como ela poderia servir como um instrumento de projeção e inserção internacional do Estado brasileiro. Esses recursos naturais despertaram o interesse estratégico de diferentes nações, destacando a necessidade de proteger o patrimônio marítimo do país para garantir sua soberania e promover seu desenvolvimento

socioeconômico. Além disso, a gestão sustentável desses recursos pode contribuir para a afirmação do Brasil no cenário internacional, permitindo uma maior participação em acordos e parcerias globais relacionadas ao uso e proteção dos oceanos (BROZOSKI, 2013).

Seria leviano pensar que somente os países lindeiros possuem ambições no Atlântico Sul. Cabe ressaltar que países europeus mantêm territórios e ilhas na região, podemos citar por exemplo o Reino Unido e a França. Não nos esqueçamos da reativação da 4ª Frota Americana, abrangendo a América Latina (BBC, 2008), o aumento da presença chinesa na região e a instabilidade no Golfo da Guiné, levam a diversos atores internacionais a permear em águas ante renegadas.

Em termos globais, o Atlântico Sul possui uma importância moderada como rota de navegação marítima. No entanto, em âmbito regional e local, sua importância econômica e geopolítica é de extrema relevância. Para o Brasil, o Atlântico Sul é uma via de transporte essencial para o comércio exterior, representando uma fonte valiosa de riquezas, especialmente na exploração de petróleo. Além disso, é um elemento crucial para a defesa do país e um meio para a projeção de sua influência marítima (SILVA, 2014).

Assim, conclui-se que essa região, tem importância para a nação brasileira, é um local onde há conflito de interesse, com um grande potencial para a utilização de atividades de diplomacia naval, em função da valorização geopolítica da região.

Nesse contexto, o Brasil por sua vocação natural marítima, vem realizando diversas ações, utilizando a diplomacia naval, para se estabelecer como uma liderança geopolítica regional, porém essa atividade só passou a ser redigida em documentos a partir de 2016 na END na qual determinava à MB a missão de:

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em lei; e para o **apoio à política externa** (BRASIL, 2016).

Após a END, a Doutrina Militar Naval (DMN) em 2017 definiu formas de emprego do Poder Naval, em tempos de paz, em apoio à política externa brasileira. Sendo assim, destacamos as principais:

- 1 – Participação em ações sob a égide de organizações internacionais, como as operações de Paz;
- 2 – Realizar as operações no exterior, com ação de presença em áreas de interesse;
- 3 – Mostrar a bandeira com os meios navais;

4 – Receber visitas de navios de guerra de Marinhas amigas;

5 – Promover assistência técnica-militar com Forças Armadas (FA) estrangeiras por meio de cursos, conclaves, simpósios, intercâmbios, inspeções técnicas administrativas e missões de assessoria naval;

6 – Integrar reuniões de Estados-Maiores, comitês navais, nos níveis estratégico, operacional e tático;

7 – Realizar exercícios e jogos de guerra, aprimorando a interoperabilidade com Marinhas Amigas;

Adicionalmente a estas ações e com o intuito de reduzir as possibilidades de conflito no Atlântico Sul, a PND ressalta que as seguintes ações devem ser priorizadas.

8 – O fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul;

9 – Intensificação da cooperação e comércio com os países da África, da América Central e do Caribe;

10 – Consolidação da Zona de paz e de Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS; e

11 – Fórum de diálogo Índia – Brasil – África do Sul – IBAS

Após explicitado as formas de emprego do Poder Naval em apoio à política externa verificaremos se houve a participação da Marinha do Brasil nos itens acima. É importante salientar que o período de estudo será entre 2013 e 2023. Destacamos que todos os dados foram obtidos em busca aberta. Nenhuma informação reservada foi utilizada nesse trabalho.

3.1 Participação da Marinha em Operações de Paz

O Brasil possui um sólido histórico de contribuições para as operações de manutenção da paz ao longo das últimas décadas. Com o emprego de aproximadamente 50 mil militares em missões, o país demonstra seu compromisso e vontade de colaborar para a preservação da paz mundial (NETO, 2022). Nos últimos 10 anos, a bandeira do Brasil foi tremulada em operação de paz por 6 vezes (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2022).

Uma das missões mais importantes foi a da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), cujo objetivo principal era verificar a retirada das Forças Israelenses do sul do Líbano. Adicionalmente, a UNIFIL buscava restabelecer a paz e a segurança internacional na região e prestar assistência ao Governo Libanês no processo de recuperação de sua autoridade local. (*ibidem*, 2006). O que faz dessa operação ser de extrema relevância para o Brasil é que ela foi

a primeira e única Missão de Paz da Organização das Nações Unidas a contar com uma Força-Tarefa Marítima comandada pela Marinha do Brasil.

Em 2013, o Brasil enviou militares para o Congo na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo – MONUSCO com o objetivo de proteger os civis e a defesa dos direitos humanos que estavam sob ameaça iminente de violência física (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013). Em 2014, o Brasil foi representado na República Centro-Africana na Missão Multidimensional das Nações Unidas para Estabilização da República Centro-Africana-MINUSCA. Ressalto que nessa missão, o Brasil vem apoiando com observadores militar

Desde 2015, através de um acordo bilateral com a Colômbia, o Brasil vem cedendo cerca de 50 militares a fim de apoiar o referido país em sua desminagem humanitária. Complementando a participação brasileira em operação de paz, não poderíamos deixar de citar a missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti- Minustah, mesmo já tendo finalizada a participação brasileira em 2017. A MINUSTAH foi iniciada em 2004 e teve por finalidade estabilizar o país. O Brasil, desde o início, esteve à frente do componente militar da operação, com a participação da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, além do apoio de tropas de outros 20 países (MARINHA DO BRASIL, 2017).

Por motivos geopolíticos, a grande maioria das operações de paz foi realizada no entorno estratégico brasileiro. A única exceção foi a UNIFIL, mas que teve uma extrema relevância para o Brasil junto à ONU, pois mostrou nossa capacidade de gerenciar uma Força Tarefa Marítima - FTM.

3.2 Operações no Exterior

Nesse subitem, incluímos os itens 2, realizar as operações no exterior, com ação de presença em áreas de interesse; 3, mostrar a bandeira com os meios navais; e 9, Intensificação da cooperação e comércio com os países da África, da América Central e do Caribe, por entendermos que um complementa o outro.

Desde os primórdios, a Marinha do Brasil participa de missões no exterior, porém nos últimos anos ela tem intensificado a realização de operações com seus tradicionais parceiros bem como aumentado a participação em exercícios no seu entorno estratégico.

O primeiro exercício e mais tradicional é a UNITAS, que é o exercício marítimo multinacional mais antigo. Em 2023, completa a sua 64ª operação e conta com a participação

de aproximadamente 20 países com destaque para países do nosso entorno estratégico como Camarões, Namíbia, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, bem como Estados parceiros como Estados Unidos e Reino Unido (CARVALHO, 2022).

Uma operação que ocorreu em 2022 e demonstra a nossa capacidade de operar por longo período afastado de seu porto sede, foi a operação “Deployment”²³. Esse exercício representa uma oportunidade para intensificar a interoperabilidade entre a Marinha do Brasil e a Marinha dos Estados Unidos, proporcionando aos meios operativos a capacidade de operar em um grupo de batalha composto de porta-aviões e de submarinos nucleares estadunidenses (Marinha do Brasil, 2022).

Uma outra operação relevante para a execução da diplomacia brasileira é a Operação Felino. Esse exercício reúne a Força Tarefa Conjunta e Combinada, FTCC, composta por representantes da Marinha do Brasil, MB, do Exército Brasileiro, EB, da Força Aérea Brasileira, FAB, bem como de militares oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Seu objetivo é incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2023). Esse exercício iniciou-se em 2011, porém ganhou robustez a partir de 2022, quando passou a ocorrer anualmente.

Uma operação que se iniciou em 2014, envolvendo o continente africano, foi o exercício OBANGAME EXPRESS. A referida operação militar ocorre no Golfo da Guiné e têm como objetivo combater a criminalidade e a capacitação das Marinhas da região. Secundariamente, as operações fomentam o intercâmbio de conhecimentos, e troca de experiências em operações multinacionais além do fortalecimento dos laços institucionais entre as nações participantes (Departamento de Defesa Norte-Americano, 2023).

Um outro exercício realizado no continente africano é a operação Guinex, cujo principal objetivo é estreitar os laços com os países da costa Africana além de aprimorar a preparação das unidades envolvidas na defesa das ameaças assimétricas, combater às atividades ilícitas no mar e à pirataria, e de reafirmar o compromisso das nações em relação à segurança marítima global (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2023).

Podemos notar que dentre os 5 principais exercícios, 3 são com países do entorno estratégico. Esse fato não é uma coincidência, ele mostra a relevância que o Brasil dá à

²³ Exercício que ocorre entre a Marinha do Brasil e Marinha dos Estados Unidos.

segurança marítima do Atlântico do Sul, apresentando a MB como protagonista das ações, mostrando uma Força bem-preparada com capacidade de realizar todas as tarefas que lhe são atribuídas. Sua prontidão e flexibilidade contribui para a efetivação da estratégia de segurança marítima e o apoio à política externa, fortalecendo as prioridades da Nação.

3.3 Visitas de Navios de Guerra de Nações Amigas

Devido ao prestígio que o Brasil tem com outros países, ele é convidado a participar de diversos exercícios. Como reciprocidade, os convida para participar de operações conjuntas em nosso território. Se o país convidado não visualizasse um interesse estratégico no Brasil ele não viria, porém, devido à relevância do Brasil no cenário internacional, muitos países indicam seus melhores meios, como podemos observar.

Em julho de 2014, no centenário da Força de submarinos, a França enviou seu submarino nuclear *Amethyste*, o Reino Unido o seu HMS *Ambush S120* da classe Astute, e a Marinha Norte-americana o USS *Dallas* SSN700. Com o intuito de mostrar força e poder, o Peru foi representado pelo seu submarino BAP *Pisagua* S33 (PADILHA, 2014).

Em novembro de 2015, a Marinha Americana enviou, para o Rio de Janeiro, um dos seus mais importantes porta-aviões, o USS *George Washington*²⁴(G1, 2015). Ainda mostrando sua relevância no Atlântico Sul, diversas marinhas enviam seus navios-escola para o litoral brasileiro. Um exemplo que podemos citar é o caso do Navio Veleiro *Cuauhtémoc*²⁵ que atracou no porto de Fortaleza em 2018 (GALANTE, 2018).

Um outro acontecimento extremamente relevante foi a atracação de dois navios iranianos no porto do Rio de Janeiro em março do corrente ano. Um desses navios era o maior navio de guerra iraniano (PODER NAVAL, 2023).

3.4 Cursos / Intercâmbio com Marinhas Amigas

A Marinha do Brasil é tradicionalmente conhecida por enviar e receber militares para realizar cursos. Esses cursos geralmente têm o objetivo de promover a cooperação, compartilhar conhecimentos e fortalecer os laços entre as marinhas. Geralmente, essa troca

²⁴ Porta aviões de propulsão nuclear da classe Nimitz.

²⁵ Navio escola Mexicano.

de experiência pode variar desde um intercâmbio acadêmico até uma especialização na sua formação.

3.4.1 Intercâmbio Acadêmico

A Escola de Guerra Naval, EGN, anualmente, recebe oficiais para realizarem o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores, CEMOS. Nos últimos 10 anos, a EGN recebeu 11 oficiais americanos, 9 oficiais peruanos, 8 oficiais argentinos, 8 oficiais bolivianos, 6 oficiais namibianos, 6 oficiais chilenos, 4 oficiais paraguaios, 4 oficiais franceses, 4 oficiais uruguaios, 4 oficiais indianos, 4 oficiais venezuelanos, 3 oficiais angolanos, 3 oficiais moçambiquenhos, 2 oficiais camaroneses, 1 oficial nigeriano, 1 oficial Sul-africano e 1 oficial mexicano²⁶.

No que concerne à Marinha do Brasil, ela tem indicado todos os anos cerca de 100 militares para diversos países, dentre eles destacam-se: Estados Unidos, Reino Unido, Argentina, Chile, França, Canadá e Itália. Verifica-se que a Marinha do Brasil envia seus militares para as melhores marinhas do mundo. Esses militares aprendem com os anfitriões e depois implementam as melhorias em nosso Estado.

3.4.2 Curso de Especialização

Em 2018, foi formado um oficial boliviano, no Curso de Aperfeiçoamento em Hidrografia para Oficiais, CAHO, repetindo-se em 2019. Em 2021, foi a vez de formar um oficial senegalense, em 2022 foi formado um oficial Camaronês.

No que tange à formação de sargentos, SG, em 2013 foi formado 1 SG namibiano, em 2017 foram formados, 2 SG moçambiquenhos. Em 2021 foi a vez de uma praça senegalense.

No que concerne à formação dos Marinheiros, MN, a Namíbia tem enviado anualmente, desde 2012, MN para o Curso de Especialização em Hidrografia. Ressaltamos que o Senegal enviou um MN em 2020.

Devido o Senegal ter enviado um oficial, um sargento e um marinheiro, nota-se que o Estado em lide detém toda a qualificação para confeccionar suas cartas náuticas²⁷.

²⁶ Fonte: Secretaria do CEMOS

²⁷ Fonte: Centro de Instrução e Adestramento Almirante Radler de Aquino

3.5 Participação em reuniões, simpósios e comitês

A Marinha do Brasil participa de diversos conclave, reuniões e comitês de grande relevância para o Brasil. Como exemplo, podemos citar: Organização Marítima Internacional, IMO; Comissão Oceanográfica Intergovernamental, COI; Organização Hidrográfica Internacional.

No nível estratégico, a Marinha do Brasil realiza e participa de workshops. Um desses eventos de grande relevância foi a participação, em 2022, de representantes da Marinha do Brasil em um workshop na Argentina, sobre a proteção marítima e as instalações portuárias (MARINHA DO BRASIL, 2022).

Em junho de 2023, a Marinha do Brasil realizou a 20ª Conferência IALA²⁸, demonstrando sua capacidade de organizar grandes eventos. Cabe mencionar que de acordo com a Figura 3, a grande maioria do entorno estratégico brasileiro faz parte da IALA.

3.6 ZOPACAS

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS – foi criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1986 através de um claro esforço brasileiro em buscar um regime de coordenação política no Atlântico Sul. A sigla é formada pelos países banhados pelo Oceano Atlântico, tanto da América do Sul: Argentina, Brasil e Uruguai, quanto da África: África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo²⁹(PATRIOTA, 2013).

A criação de uma zona de cooperação ocorreu no período final da Guerra-Fria no qual a desconfiança era o pensamento preponderante. Observava-se uma corrida bélica entre os Estados Unidos da América e a Ex-União Soviética. O Atlântico Sul era um espaço distante do conflito, e utilizado apenas para a navegação comercial, principalmente no transporte de petróleo, que era dominado pelas potências ocidentais.

A iniciativa da criação do bloco deu-se por diversos motivos, o primeiro era demonstrar que os países integrantes da ZOPACAS eram contra uma militarização da região, além de

²⁸ Associação Internacional de Sinalização Marítima

²⁹ Fonte: <http://www.abc.gov.br/zopacas>

apresentar o Atlântico Sul como uma área livre de armamentos nucleares e de destruição em massa (GONZALES, 2014). Em complemento, também podemos mencionar a proteção ao meio ambiente, a conservação dos recursos naturais vivos, a eliminação do racismo e a promoção do desenvolvimento social e econômico, dentro de um conceito de cooperação regional, hoje conhecida como Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento, todas essas pretensões estavam em pauta em seu texto de criação (NAÇÕES UNIDAS, 1986).

Havia, portanto, uma crescente preocupação brasileira com o risco de que o espaço do Atlântico Sul se tornasse uma zona de conflitos – o que já havia acontecido na Guerra das Malvinas, em 1982. Na perspectiva brasileira, era necessária uma ação político-diplomática concertada dos países das duas margens do oceano, dando ênfase aos interesses em comum e às possibilidades de cooperação entre eles (JARDIM, 1991).

Apesar de ter sido estabelecido com o objetivo de evitar a militarização do Atlântico Sul, a ZOPACAS tem enfrentado recentemente preocupações dos Estados-membros em relação à possibilidade de interferência de potências estrangeiras nessa região oceânica. Isso tem levado à inclusão de temas de segurança e defesa na agenda do organismo. É importante ressaltar que a presença de potências militares externas no Atlântico Sul é uma realidade de longa data e sua intensidade varia de acordo com os interesses de cada Estado na região (PENHA, 2012).

Devido ao aumento da importância geopolítica do Atlântico Sul a partir dos anos 2000, impulsionado especialmente pelas descobertas de petróleo na costa brasileira e no Golfo da Guiné, bem como pelo símbolo da Rota do Cabo para o comércio internacional. Essa nova situação geopolítica levou ao aumento da presença de potências estrangeiras no Atlântico Sul.

No entanto, somente a partir de 2007, a aliança começou a ganhar mais dinamismo, impulsionada pela atenção internacional voltada para as novas ameaças do Atlântico Sul, como narcotráfico e pirataria. Adicionalmente, a região passou a adquirir importância crescente na geopolítica mundial, sendo reconhecida como uma das áreas mais ricas e menos exploradas do planeta. (Almeida e Bernardino, 2013).

Lima (2011) destaca a existência de um conjunto de ilhas oceânicas pertencentes ao Reino Unido. Entre elas, merecem destaque a ilha de Ascensão, onde está localizada uma base militar compartilhada entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, e as Malvinas-Falklands, que abrigam uma base aérea e uma naval. Além disso, é importante ressaltar a presença francesa no Atlântico Sul, por meio de meios navais no departamento ultramarino da Guiana e em

alguns países francófonos da costa ocidental africana. Quanto à presença de potências extrarregionais, é relevante mencionar que a China tem intensificado sua presença em países do continente africano, buscando principalmente oportunidades na exploração de petróleo (BRAECKMAN, 2009).

Diante disso e em acordo com a PND e END, foi adotado uma parceria estratégica que visava a manutenção de um ambiente cooperativo para a segurança marítima e a estabilidade regional (BRASIL, 2020a). Com base na resolução da ZOPACAS, o Brasil está empenhado em fortalecer seus laços com os países costeiros africanos por meio de treinamento e capacitação. O objetivo é que os países limítrofes estabeleçam seus próprios procedimentos para que suas forças marítimas operem com maior eficácia. Essa linha de ação visa promover a cooperação e o desenvolvimento conjunto na região, consolidando uma maior estabilidade e segurança marítima.

Com esse enfoque, o Brasil, especificamente a Marinha do Brasil, ampliou sua presença no continente africano. Em 2013 foi implantado o Núcleo da Missão Naval em Cabo Verde, que tinha por objetivo principal a cooperação na formação dos militares cabo-verdianos nas escolas militares brasileiras. Para exemplificar essa cooperação, o Brasil cedeu uniformes à Guarda Costeira Cabo verdiana (PADILHA, 2014). No ano seguinte foi implantado em São Tomé e Príncipe, STP, cuja principal missão era de efetuar o levantamento das reais necessidades da guarda costeira de STP com a finalidade de elaborar uma proposta de acordo de cooperação entre os dois países (GALANTE, 2014).

Além dessas missões, o Brasil possui desde 1994, o Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais na cidade de Walvis Bay, realizando assessoria na formação de integrantes do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia; atualmente, mantém a Missão de Assessoria Naval, na cidade de Walvis Bay, realizando assessoria técnica na estruturação administrativa e operacional da Marinha da Namíbia.

Complementando as ações do Brasil no continente africano, em 2018, foi assinado junto a Marinha Nacional de Camarões, um acordo de cooperação com a MB que prevê o compartilhamento de informações sobre o tráfego marítimo (BRASIL, 2020b) a fim de incrementar a segurança do tráfego marítimo no Golfo da Guiné. Esse acordo ainda prevê, um

oficial superior da Marinha do Brasil no centro Inter-regional de coordenação da Arquitetura de laundê³⁰.

3.7 Ações de Cooperação

De acordo com Geoffrey Till (2018), a Segurança Marítima é uma forma moderna de chamar o tradicional conceito da “boa ordem do mar”, segundo o qual apenas com a manutenção da estabilidade e da boa ordem à população pode utilizar os atributos do mar. A MB realiza essa manutenção através de patrulhas e Inspeções navais. A primeira tem a finalidade de fiscalizar as Águas Jurisdicionais Brasileiras³¹. A Segundo, tem por missão principal, verificar o cumprimento assumido pelo proprietário da embarcação no momento da inscrição além de verificar se as condições de segurança estão de acordo com as normas (BARRETO, 2019).

Desde 2018, o Brasil vem aumentando o quantitativo de embarcações inspecionadas, alcançando a marca de aproximadamente 103.000 no período de junho de 2022 até junho de 2023, gerando até o momento 620 embarcações apreendidas e cerca de 5.000 notificações. No que tange à patrulha naval, no ano de 2022 houve 340 ações realizadas com 50 embarcações apresadas³².

Com o intuito de contribuir para as atividades coercitivas, a marinha do Brasil vem adquirindo diversas embarcações. No período estudado por esse trabalho podemos citar as aquisições dos navios patrulha oceânico “APA” e “ARAGUARI”, o navio doca multipropósito “BAHIA”, o navio porta-helicóptero multipropósito “ATLÂNTICO”, os navios de apoio oceânico “MEARIM”, “IGUATEMI” e “PURUS” e o submarino “RIACHUELO”, além do submarino “HUMAITÁ”, que está em período de testes.

³⁰Conjunto de mecanismos que deu origem à estratégia nacional comum para prevenção e processamento das atividades ilícitas no Golfo da Guiné (GOGIN, 2013).

³¹Espaço jurisdicional que compreende as águas interiores, mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva (BRASIL, 2020b).

³²Dados obtidos na palestra proferida pelo CMG Silva Coelho na Escola de Guerra Naval no dia 20 de junho de 2023.

3.8 O Continente Antártico

A Antártica é conhecida por ser o continente mais frio e hostil do planeta, não apresenta condições de ser sustentável. As bases que lá existem são abastecidas pelos países responsáveis. Sua superfície é quase completamente coberta por camadas espessas de gelo. Em contrapartida, a Antártica detém uma quantidade considerável de água doce, o que a torna uma região de grande importância para o equilíbrio hidrológico global (IPEA, 2018). A Antártica é o único continente que não possui soberania definida, e desde 1959, é regido pelo Tratado da Antártica, que entrou em vigor em 1961. Esse tratado é composto por 14 artigos que abordam diversos aspectos do uso civil do continente, com destaque para: o uso da Antártica para fins pacíficos e a liberdade de pesquisa científica no continente (CONFERÊNCIA ANTÁRTICA, 1959). O referido Tratado é um marco importante para a preservação e uso responsável desse ambiente único, garantindo que a cooperação internacional prevaleça sobre disputas territoriais.

O Brasil incluiu a Antártica como uma área de interesse em seu conceito de entorno estratégico a partir da Política Nacional de Defesa de 2012, porém, desde 1982, o Brasil possui uma estação de pesquisa científica no continente gelado. Por baixo da camada de gelo, o território antártico é, hoje em dia, reconhecidamente rico em minerais, somando a existência de mais de 170 tipos, e grandes, lençóis de gás natural (IPEA, 2018). Devido a essa relevância econômica, a Antártica tem seus territórios reivindicados por vários países, sendo algumas dessas reivindicações áreas territoriais sobrepostas, demonstrando assim sua importância geopolítica.

Os setores de interesse do Brasil correspondem aos territórios mais próximos a um outro continente, nesse caso, a América do Sul. Inclui uma série de ilhas e ilhotas, a península antártica, a baía antártica e o estreito de Drake, que liga o Atlântico Sul ao Pacífico Sul. É a área de temperaturas mais amenas, onde se encontram a maior parte das estações de pesquisa atuais (VISENTINI, 2014).

A política antártica brasileira teve início por meio dos geógrafos Therezinha de Castro (1930-2000) e Delgado de Carvalho³³ (1884-1980). Esses dois pesquisadores concluíram que qualquer país sul-americano cuja projeção esteja em direção ao Polo Sul tem o total direito de uma porção de território no continente (Teoria da Defrontação). Por meio disso, deveria

³³ Geógrafo e professor francês radicado no Brasil.

ser importante que o Brasil buscasse também se instalar no continente e, assim, se fazer presente na Antártica.

Além dos interesses científicos, justificativa plausível para o Brasil, se tem por detrás mesmo é um caráter geoestratégico. Isso se deve à localização da estação brasileira em um ponto estratégico. Um dos principais interesses geopolíticos brasileiros tem relação em não ficar atrás dos outros países sul-americanos, como da Argentina e do Chile, e com isso, perder espaço geopolítico (COX, 2008).

O Brasil começou a reconhecer a importância do continente austral em 1975, quando aderiu ao Tratado da Antártica. Em 1976, foram estabelecidas as diretrizes gerais para a política nacional, POLANTAR, relacionada aos assuntos antárticos. Somente no verão de 1982-83, durante a realização da Operação Antártica I, o Brasil iniciou suas atividades no continente antártico (NASCIMENTO MARTINS, 2020).

Em dezembro de 1982, deu-se início à primeira expedição científica do Brasil à Antártica, através dos navios "Barão de Teffé", e "Professor Besnard" pertencente à Marinha do Brasil e à Universidade de São Paulo, respectivamente. Tal expedição tinha o intuito de fixar as raízes para uma futura instalação da estação antártica, que veio a ocorrer no ano seguinte. Em setembro de 1983, o Brasil foi aprovado como membro consultivo aderente do Tratado Antártico, passando a ter direito a voto. Em 1991, os países signatários do Tratado da Antártica realizaram uma reunião em que celebraram o Protocolo do Meio Ambiente. Esse protocolo complementou as disposições previstas no Tratado e estabeleceu a postergação da decisão sobre a exploração mineral no continente por mais cinquenta anos. Prevê-se que apenas em 2048 a discussão sobre possíveis explorações minerais na Antártica seja retomada (MATOS, 2014).

Porém, quais seriam os interesses do Brasil na região?

No contexto nacional, a Antártica é valorizada principalmente por sua importância ambiental, e como uma herança secundária para aspectos estratégicos- militares. O Aspecto ambiental é destacado devido à influência meteorológica no clima brasileiro, impactando nossa indústria agrícola. Em termos de valor estratégico-militar para o Brasil, é importante ressaltar que a Antártica está localizada em uma posição que afeta rotas cruciais para o transporte marítimo brasileiro, incluindo o estreito de Drake, que liga os oceanos Atlântico e Pacífico. Por esse motivo, a presença e o monitoramento do Brasil na Antártica são relevantes para garantir a segurança e a proteção dos mesmos (MATOS, 2014).

Oficialmente, a importância da Antártica para o Brasil está refletida na sua inclusão na PND, que estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, 2016).

3.9 Geopolítica

A intenção dessa seção é utilizar um país que anos atrás não possuía relevância geopolítica e através de corretas ações passou a ter representatividade no Sistema Internacional a fim de verificar quais foram os motivos/ações que foram realizadas para o atingimento desse objetivo.

Friedrich Ratzel³⁴, um dos pioneiros da geopolítica clássica, destacou dois fatores geográficos fundamentais que influenciam a ação estratégica de um Estado: o Espaço (raum) e a posição geográfica (lage). O conceito de espaço, abrange todos os recursos e características presentes em um território, incluindo sua extensão física, recursos naturais, população e capacidade de união nacional. A situação geográfica(lage) refere-se à posição relativa de um Estado em relação a outros elementos geográficos, como mares, polos de poder global e países vizinhos. Esses dois fatores, espaço e posição geográfica, são considerados determinantes na análise geopolítica de um Estado, pois concretizaram sua capacidade de projetar poder, de influenciar e de alcançar seus objetivos estratégicos tanto em nível regional quanto global.

O almirante estadunidense Alfred Mahan (1890), ao apresentar sua teoria do poder marítimo, destaca a importância do domínio dos mares e oceanos para a construção da supremacia global britânica no século XIX.

A geopolítica do século XXI é caracterizada por uma crescente competição pela concentração de poder e pelo controle e acesso facilitados a recursos naturais (PADULA, 2015). O primeiro fator de relevância para a China é o tamanho de sua população. A China é o segundo maior país do mundo em termos populacionais, ficando atrás da Índia. Atualmente, a China tem aproximadamente 1,4 bilhão de habitantes. Esse é um dado relevante

³⁴Autor das leis de crescimento espacial do Estado. Dados obtidos no livro Teorias Geopolíticas de Octavio Tosta (Rio de Janeiro: Bibliex, 1984, p. 11)

geopoliticamente, conquanto represente uma força de trabalho e um mercado consumidor consideráveis.

Outro fator é o seu crescimento econômico, sendo a segunda economia do mundo. Segundo Bustelo (2021), entre 1978 e 2021, o PIB da China deu um salto de US\$ 147,3 milhões para US\$ 17 trilhões em 2021. A taxa média de crescimento da economia é de 5 % ao ano.³⁵

Devido ao aumento de sua economia, a China viu a si própria ser alvo de diversos países, com isso, houve a necessidade de ampliar de suas Forças Armadas para possuir uma elevada capacidade de dissuasão e se necessário utilizar o poder coercitivo. A previsão em 2023 é de que a China destinará 225 milhões de dólares para sua Defesa³⁶. A principal mudança chinesa foi a sua postura em relação ao comércio internacional com a criação do projeto Rota da Seda³⁷. Esse grande projeto, desdobra-se em outros importantes projetos regionais, na forma de corredores de desenvolvimento centrados em projetos de infraestrutura, mais especificamente em comunicação, transporte e energia (CHINA DAILY, 2016). Pode-se observar que a China tem adotado uma diplomacia ativa, expandindo sua presença a nível global através da iniciativa da Rota da Seda, essa estratégia busca fortalecer as relações comerciais aumentando sua influência política e econômica.

3.10 Conclusão Parcial do Capítulo 3

Nossa intenção nesse capítulo era de apresentar as principais ações da Marinha do Brasil em seu entorno estratégico nos últimos 10 anos, bem como identificar quais foram as atividades desenvolvidas pela China que a fizeram ter relevância Geopolítica no Sistema Internacional. Podemos observar que o Brasil faz parte de organismo multilateral, participa de exercícios com outras marinhas, qualifica militares de outras nações, ou seja, realiza um conglomerado de ações que tem por fito integrar os países participantes a fim de aumentar a segurança no Atlântico Sul.

Do mesmo modo, podemos observar que os motivos que fizeram a China se tornar um país geopoliticamente relevante foram: fortalecimento econômico, investimento em

³⁵Dado referente a 2019, antes da pandemia da COVID 19, na qual todos os países tiveram uma redução/contração da economia.

³⁶Fonte: Jornal O Globo de 05 de março de 2023

³⁷Tradução nossa de "One Belt One Road"

infraestrutura e investimento nas Forças Armadas. Todas essas ações servem de modelo para ser estudado e caso haja interesse ser aplicado visando a esperada relevância Geopolítica.

No próximo capítulo será verificado se as ações do Brasil estão de acordo com a teoria de Geoffrey Till sobre a Diplomacia Naval, bem como observado se essas ações estão trazendo uma relevância geopolítico para o Estado brasileiro.

4.0 CONCLUSÃO

No primeiro capítulo desse trabalho foi apresentado a teoria da diplomacia naval, bem como os pensadores que influenciaram Geoffrey Till e podemos observar que esse termo foi difundido em um período pós Guerra-Fria, cuja presença e algumas vezes a coerção eram mais importantes que o conflito propriamente dito. Nesse período Till ganhou notoriedade ao definir o que vem a ser diplomacia naval.

De acordo com a Figura 1, Till a dividiu em ações de presença (ocorre em todas as modalidades), construções de cenários, construções de coalizão e coerção naval. Este último, foi subdividido em dissuasão e compelência.

No capítulo seguinte foram identificadas as ações da Marinha do Brasil entre 2013 e 2023 a fim de verificar se essas atividades possuem aderência à teoria de Till e se trazem um aumento da influência geopolítica do Brasil na região do Atlântico Sul.

As ações de presença idealizadas por Till são executadas pela Marinha do Brasil em todos os momentos que os navios atracam. Sua visibilidade tem uma representatividade elevada com intangíveis benefícios. Nessa última década podemos observar uma maior presença na parte oeste da África bem como na costa leste da América do Sul. Um outro exemplo de presença realizado pela Marinha do Brasil é as operações de paz. Dentre as operações, a UNIFIL se destaca por ser bem-sucedida tendo um Almirante brasileiro em seu Comando, o que demonstra a excelente capacidade do Brasil em liderar uma Força das Nações Unidas. Cabe mencionar que todas essas atividades mostram a bandeira do Brasil e a aptidão que nosso Estado possui frente aos desafios da sociedade contemporânea.

No que tange à construção de cenários, a Marinha do Brasil vem ampliando sua participação no seu entorno estratégico. O núcleo de missão naval tanto em Cabo Verde, quanto em São Tomé e Príncipe passou a ser adidância naval, mostrando a importância destes para o Brasil. Atualmente a Marinha está presente, além dos países já mencionados, na Nigéria, nos Camarões, no Congo, na Namíbia (adidância e escritório) e na África do Sul. Todas esses representantes brasileiros auxiliam o Brasil a construir um cenário seguro e confiável.

No bojo da construção de coalizões, atualmente o Brasil é membro da CPLP, participa da ZOPACAS e executa diversos intercâmbios com as marinhas amigas, ou seja, no que concerne às atividades colaborativas, as ações da Marinha do Brasil estão de acordo com a teoria de Geoffrey Till.

Em relação às atividades coercitivas e suas subdivisões, foi observado uma diferença de taxonomia, visto que de acordo com a DMN, as atividades de diplomacia naval são usadas para apoiar a política externa e se enquadram em atividades benignas. Porém como pode ser observado nesse trabalho, na Marinha do Brasil as atividades de coerção no subitem dissuasão são as patrulhas navais e as inspeções navais, e que de acordo com a mesma DMN, são atividades de uso controlado da força, ou seja, não é que a MB não faça as atividades coercitivas, porém de acordo com a nossa doutrina, elas não são enquadradas como diplomacia naval e sim como uma tarefa básica do Poder Naval. Independente da nomenclatura utilizada, foram identificadas ações de persuasão utilizadas pela Marinha do Brasil.

No que se refere às atividades de compelência, para o período estudado, não foram identificadas ações da Marinha do Brasil. Acreditamos que isso deva ser uma consequência da forma pacífica com que o Brasil visualiza o sistema internacional. Além da PND priorizar o diálogo e cooperação como formas principais de solução de controvérsias.

Após a análise teórica e a observação das atividades exercidas pela Marinha do Brasil, pôde-se verificar que elas se enquadram na teoria de Till. Essa questão da taxonomia não é relevante visto que o Brasil executa essas ações. Independentemente onde nossa doutrina as coloca, as ações de persuasão são realizadas pelo estado brasileiro.

Com o intuito de verificar se essas ações trazem uma relevância geopolítica no Atlântico Sul para o Brasil, concluímos que essas atividades, em especial a participação na ZOPACAS, apresenta-se como um importante instrumento para a projeção brasileira, porém ainda não representam essa almejada relevância. Para isso é necessário que a ZOPACAS tenha uma influência global. Além disso, o Brasil deve ter uma liderança estratégica frente à Argentina, à África do Sul, à Nigéria e a Angola. A justificativa para a seleção desses países deriva de que a Argentina é o segundo maior PIB na América do Sul e possui uma relevância regional. O segundo país, pela sua localização, mas austral do continente africano, sendo banhado pelos oceanos Índico e Atlântico. O terceiro por ter uma relevância regional na porção setentrional do continente africano além de ser o segundo maior produtor de petróleo do continente. A Angola, por ser o maior produtor de petróleo além de ser um país lusófono. Isso não será uma tarefa fácil, visto que cada nação possui um interesse e um cultura distinta.

Para se ter uma preponderância geopolítica, é necessária uma cooperação entre os principais países de ambos os lados, o que não se vislumbra a curto prazo. Todos os países

reconhecem a importância do Atlântico Sul no marco do cenário geopolítico global, entretanto, não há elementos e recursos suficientes que permitam uma abordagem comum aos desafios. Essa cooperação é possível no médio e longo prazo desde que as ações do Brasil junto a esses países se iniciem o quanto antes, mantendo as atividades ora em curso nos países africanos.

Um outro aspecto relevante para o Estado brasileiro que pode trazer benesses é o continente antártico. Como dito anteriormente, esse continente é rico em recursos naturais despertando assim os interesses tecnológicos por parte de diversos países. Atualmente, em razão do Tratado Antártico, a região não pode ser explorada, porém em breve não se sabe se os países terão o mesmo entendimento. Releva mencionar que para o desenvolvimento do país faz-se necessário o aumento da demanda de energia e essa energia poderia sair do continente Antártico. Por esse motivo é interessante manter-se na região e dentro do possível desenvolver sua infraestrutura, para que não fiquemos na dependência de nenhum outro Estado soberano.

Para o Brasil possuir uma relevância geopolítica a nível de Atlântico Sul, as seguintes ações devem ser realizadas. A primeira é investir em infraestrutura tanto no seu território quanto em países no seu entorno estratégico com o intuito de facilitar a entrada e a saída de mercadorias, bem como aumentar a influência política e econômica.

A segunda ação deve ser no intuito de promover a integração de interesses no Hemisfério Sul, fazendo com que os países no entorno estratégico sintam a necessidade de seguir os passos brasileiros, devido a sua influência global.

A terceira ação deve ser no sentido de ampliar sua Força Armada, a fim de aumentar o poder dissuasório com outras nações. Para tal, o Brasil deve aumentar a participação da Defesa em seu PIB e investir em sua Base Industrial de Defesa, BID.

Visando um estudo futuro, esse trabalho deixa uma pergunta. Depois de uma primeira aproximação com o entorno estratégico brasileiro, como a Marinha do Brasil pode continuar contribuindo com o Estado a fim atingir a relevância geopolítica e conseqüentemente sua independência perante o concerto internacional?

REFERÊNCIA

- ABREU, G. M. **Marinha do Brasil: uma síntese histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 1, 2018.
- ALMEIDA, E. C. e Bernardino, L. M. B. **A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**. Revista Militar, n. 2532, p. 43-61, 2013. Disponível em: https://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=797. Acesso em: 10 jul. 2023.
- AMORIM, Celso. Rio de Janeiro: **Aula Magna proferida para o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, 09 mar. 2012.
- BARBOSA JUNIOR, Ilques. **Oceanopolítica: conceitos fundamentais**. In: BARBOSA JUNIOR Ilques e MORE, Rodrigo Fernandes (org). Amazonia Azul: Política, estratégia e Direito para o Oceano do Brasil. Rio de Janeiro: FEMAR, 2012.
- BARRETO, Bruna. **A importância da inspeção naval para a prevenção de acidentes no mar**, Revista marítima brasileira, jan./mar. 2019.
- BIDDLE, Davis Tami. **Coercion Theory: A basic introduction for Practitioners**. Texas National Security Review, v. 3, 2020.
- BRAECKMAN, C. **Negócios na África: o Congo, seus amigos chineses e o FMI**. Le Monde Diplomatique, São Paulo ; n. 26, p. 24-25, 2009.
- BRASIL. Agência Marinha de Notícias. **Marinha do Brasil participa de workshop de proteção marítima na Argentina**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dpc/comunicacao-social/noticias/marinha-do-brasil-participa-de-workshop-sobre-protexao-maritima-na-argentina/>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- _____. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Militar Naval**. Brasília, DF: EMA, 2017.
- _____. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **MINUSTAH**, Brasília, 21 out. 2017. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cgcfm/minustah>. Acesso em: 27 jun. de 2023.
- _____. Marinha do Brasil. **Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)**, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível EM: <https://www.marinha.mil.br/cgcfm/unifil>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- _____. Marinha do Brasil. **Histórico de participações brasileiras em missões de paz**, Brasília, 21 dez. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onuda. Acesso em: 27 jun. de 2023.
- _____. Ministério da Defesa, **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2016.
- _____. Ministério da Defesa, **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020a.
- _____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020b.

BROZOSKI, Fernanda. **A revalorização geopolítica e geoeconômica do Atlântico Sul no sistema internacional**. 2013. 115f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080508_exercitoeuaalf. Acesso em: 20 jun. 2023.

BUSTELO, Pablo, **El Auge de China. Amenaza o ascenso pacífico?** Real Instituto Elcano, 10/11/2015. 2015. Disponível em: www.realinstitutoelcano.org. Acesso em: 18 jul. 2023.

CARVALHO, Luciano. **Operação UNITAS reúne Marinha de 18 Países**, 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/operacao-unitas-reune-marinhas-de-dezoito-paises-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 27 jun. 2023.

_____. Luciano. **Submarino TIKUNA atraca na Base Naval de Mayport – EUA**. 30 maio 2022. Disponível no site: <https://www.marinha.mil.br/noticias/submarino-tikuna-atraca-na-base-naval-de-mayport-eua>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CASTRO, Terezinha de. **África, geografia, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CHINA DAILY. **Silk Road fund makes first investment**. 2016. Disponível em: www.europe.chinadaily.com.cn/business/2015-04/22/content_20501261.htm. Acesso em: 19 jul. de 2023.

CONFERENCE ON ANTARCTICA. **The Artarctic Treaty**. Washington D.C., 1959. Disponível em: https://documents.ats.aq/ats/treaty_original.pdf. Acesso em: 11 jul 2023.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de estratégia**. Tradução de: Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. v.1.

COX, Jaime Sepúlveda. **Importância Geopolítica del Continente Antártico**. Revista Marina, Viña del Mar, v. 125, n. 907, nov./dez. 2008. Disponível em: <https://revistamarina.cl/revistas/2008/6/sepulveda.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

GALANTE, Alexandre. **Brasil cria núcleo de implantação em São Tomé e Príncipe**. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2014/11/24/brasil-cria-nucleo-de-missao-naval-em-sao-tome-e-principe/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

_____. Alexandre. **Dois navios de guerra iranianos atracam no Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2023/02/27/dois-navios-de-guerra-iranianos-atracam-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

_____. Alexandre. **Navio escola Veleiro Cuauhtémoc da armada do México visita Fortaleza**. Disponível no site: <https://www.naval.com.br/blog/2018/03/12/navio-escola-veleiro-cuauhtemoc-da-armada-do-mexico-visita-fortaleza/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

GOGINGOGIN. **Yaoundé Architecture**. Yaoundé, Cameroon, 2013. Disponível em: <http://www.gogin.eu/en/about/yaounde-architecture/>. Acesso em: 3 jul. 2023

GONZLES, Rodrigo. **Brasil e a Zopacas: Projeção de Poder ou cooperação estratégica?** Rio Grande, RS, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS. **O Brasil na Antártica: A importância científica e geopolítica do PROANTAR no entorno estratégico brasileiro.** Brasília: IPEA, 2018.

JARDIM, Marcelo Andrade de Moraes. **A zona de paz e cooperação.** 1991. Tese (XXIII^o Curso de Altos Estudos) – Instituto Rio Branco. Brasília, 1991.

LIMA, M. A. de A. **A iniciativa da Bacia do Atlântico: um risco para o Brasil?** Trabalho de conclusão de curso (Curso de Altos Estudos de política e Estratégia). p. 50.:il. Rio de Janeiro, 2011.

LUTTWAK, Edward N. **The Political Uses of Sea Power.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1974.

MATOS, Leonardo. **A inclusão da Antártica no conceito do entorno estratégico Brasileiro.** Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 165 – 191, jan./jun. 2014.

NAÇÕES UNIDAS, **Resolução n. 4/11 da Assembleia Geral das Nações.** Nova York: Nações Unidas, 1986.

NASCIMENTO Martins, E. (2020). **A Antártica: Sua importância estratégica para o Brasil.** Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5446>. Acesso em: 04 jul. 2023.

PADILHA, Luiz. **Inauguração do núcleo de missão naval em Cabo-Verde.** Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/aviacao/inauguracao-do-nucleo-de-missao-naval-em-cabo-verde>. Acesso em: 03 jul. 2023.

_____. Luiz. **Porta-Aviões dos EUA alteram a paisagem da baía de Guanabara.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/porta-avioes-dos-estados-unidos-altera-paisagem-da-baia-de-guanabara.html>. Acesso em: 29 jun. 2023.

_____. Luiz. **Submarinos estrangeiros chegam ao Rio para o centenário da FORSUB.** Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/submarinos-estrangeiros-chegam-ao-rio-para-o-centenario-da-forsub>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PADULA, Raphael. **Brésil: géopolitique et “ouverture sur Le Pacifique.** In: OutreTerre, L’Empire (Pacifique) Du Brésil. Paris, 2015.

PATRIOTA, Antonio. **Zopacas.** Disponível em: <http://www.abc.gov.br/zopacas>. Acesso em: 03 jul. 2023.

PENHA, E. **A fronteira Oriental brasileira e os desafios da segurança regional.** Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro: v. 18, n. 1, p. 115-136., 2012.

ROWLANDS, Kevin. **Decided Preponderance at Sea: Naval Diplomacy in Strategic Thought.** U.S. Naval War College Review, vol.65, n. 4, p. 89-105, 2012.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa**. In: NASSER, Reginaldo; MORAES, Rordrigo (coords.). *O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília: IPEA, 2014

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. 2. ed. New York: Routledge, 2009.

UNITED STATES. Departamento de Defesa Norte-Americano. **Exercício Obangame Express 2023**. Disponível em: <https://www.state.gov/digital-press-briefing-on-exercise-obangame-express-2023/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevich. **O Atlântico Sul como Espaço Estratégico para o Brasil: Política Externa e de Defesa**. In: ARTURI, Carlos Schmidt. *Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2018.

WEDIN, Lars. **Estratégias Marítimas no Século XXI: A contribuição do Almirante Castex**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Diplomacia naval segundo Geoffrey Till

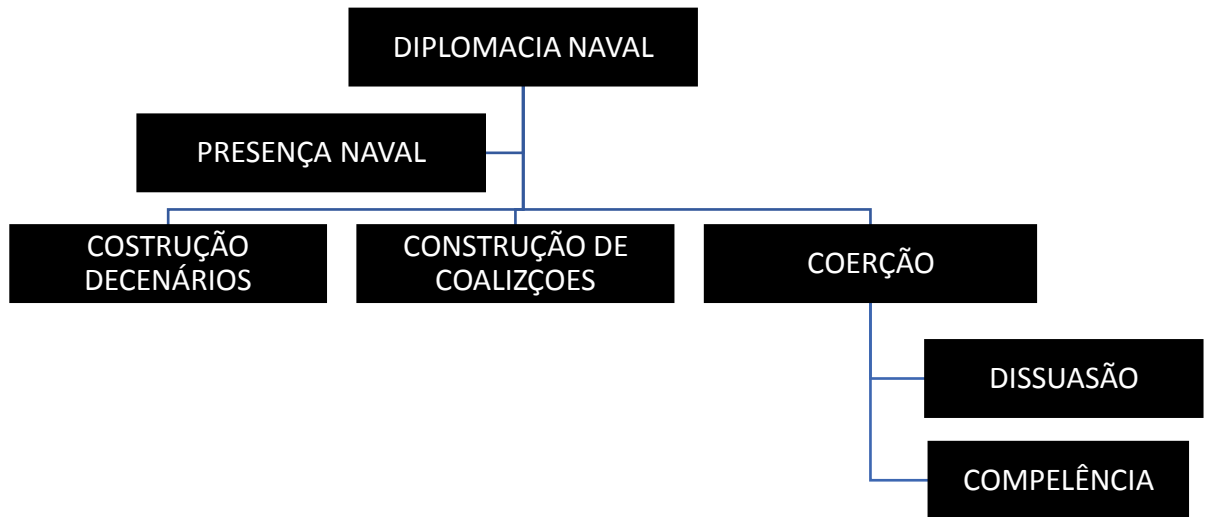


FIGURA 2 – Entorno estratégico brasileiro



Entorno Estratégico Brasileiro. Fonte - PEM 2040

FIGURA 3 – Países participantes da IALA



Site: IALA-brazil2023.rio.br